



Ações e políticas de representatividade de gênero: pesquisa no portal eletrônico de uma universidade pública brasileira

Gender representation actions and policies: research on the electronic portal of a Brazilian public university

Leihge Roselle Rondon Pereira 

Doutoranda em Educação
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil
leihge.pereira@ufmt.br

Eunice Pereira dos Santos Nunes 

Doutora em Engenharia Elétrica
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil
eunice.nunes@ufmt.br

Cristiano Maciel 

Doutor em Computação
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil
cristiano.maciell@ufmt.br

Resumo

As universidades públicas brasileiras, como espaços potentes para a redução das desigualdades de gênero, utilizam as Tecnologias de Informação e Comunicação para facilitar a comunicação com a sociedade, sendo os portais eletrônicos uma das estratégias de acesso à informação. Diante disso, apresenta-se como questão problema se o portal eletrônico de uma universidade pública brasileira possibilita para os cidadãos o acesso à informação sobre as ações e políticas da instituição em relação à representatividade de gênero? Para responder, realizamos um estudo de caso por meio da pesquisa documental realizada no portal eletrônico de uma universidade pública brasileira da região Centro-Oeste, durante o segundo semestre de 2022. Mediante literatura cinzenta no site dessa instituição, a fim de mapear e analisar informações sobre ações e políticas relacionadas à questão de gênero. Neste estudo foram identificados desafios em relação ao acesso às informações disponíveis no portal eletrônico, bem como a necessidade de amadurecer as políticas institucionalizadas e destacar as ações desenvolvidas na universidade em prol de mudanças na agenda de gênero.

Palavras-chave: políticas; gênero; ensino superior; acesso à informação; portal eletrônico.

Abstract

Brazilian public universities, as powerful spaces for reducing gender inequalities, use Information and Communication Technologies to facilitate communication with society, with electronic portals being one of the strategies for accessing information. In view of this, the question arises whether the electronic portal, of a Brazilian public university, allows citizens to access information about the institution's actions and policies about gender representation? To answer, we carried a case study through documentary research carried out on the electronic portal of a Brazilian public university in the Mid-West region, during the second semester of 2022. By gray literature on the site of this institution, to map and to analyze information on actions and policies related to gender issues. In this study, challenges were identified in relation to access to information available on the electronic portal. As well



doi: [10.28998/cirev.2024v11e16809](https://doi.org/10.28998/cirev.2024v11e16809)

Este artigo está licenciado sob uma [Licença Creative Commons 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

Submetido em: 09/11/2023

Aceito em: 30/11/2024

Publicado em: 25/12/2024

as the need to mature institutionalized policies and highlight the actions developed at the university in favor of changes in the gender agenda.

Keywords: *policies; gender; higher education; access to information; electronic portal.*

1 INTRODUÇÃO

Gênero é um conceito, significado como uma construção social, principalmente das ideias sobre os papéis que são próprios aos homens e as mulheres, compondo uma organização social da relação entre os sexos (Scott, 1995). A luta por políticas públicas que considerem a temática de gênero é antiga e recebeu maior destaque na década de 70, com a consolidação dos estudos de gênero no Brasil, e com o fortalecimento dos movimentos feministas que demandam por políticas que representem o gênero feminino (Farah, 1998).

Mas, foi no início da década de 80 que as primeiras políticas públicas relacionadas às mulheres foram desenvolvidas. Como o primeiro Conselho Estadual da Condição Feminina, criado em 1983 (Gervasoni; Costa, 2017). Nas últimas décadas várias pautas e conquistas relacionadas à temática de gênero foram influenciadas pelos movimentos feministas, dentre elas podem ser citadas a ampliação da licença-maternidade, o acesso ao ensino público, a regularização profissional das empregadas domésticas, e a aposentadoria destinada às trabalhadoras rurais (Miranda, 2009).

Destaca-se que o campo da Educação Superior, da formação profissional e da carreira, também são espaços de lutas constantes das mulheres para a inclusão das políticas de representatividade de gênero. Sendo que uma das primeiras conquistas das mulheres no campo educacional ocorreu na década de 70, com a expansão da participação feminina nas carreiras universitárias (Guedes, 2008).

Apesar dos avanços, há baixa representação feminina no ingresso das mulheres nas universidades, especificamente, em carreiras das áreas de Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática (STEM), compondo uma demanda no âmbito do Ensino Superior (Cesario *et al.*, 2017; Santos *et al.*, 2021). A baixa representatividade feminina na área STEM também é observada no mundo do trabalho, quando se compara a ocupação das vagas de emprego dessa área por mulheres e pelo gênero masculino (Rais, 2023).

É válido reconhecer que as lutas femininas no campo educacional ainda não terminaram, nota-se que apenas quando reconhecemos as diferenças de gênero que precisam ser atendidas é que a inclusão e a equidade são possíveis de serem executadas no âmbito educacional. Assim, levanta-se a importância e a necessidade de investimento em novas agendas de discussão pública para compor políticas que incorporem o gênero, as mulheres e as culturas institucionais dentro dos espaços educacionais, incluindo as universidades.

Mostra-se pertinente debater o tema de gênero no campo educacional e, especialmente, nas universidades, que colocam milhares de egressos semestralmente no mundo do trabalho. Salienta-se nesse contexto a declaração de Bandeira e Almeida (2013, p. 37), é necessário a “[...] incorporação da igualdade de gênero na governabilidade democrática, uma vez que a diretriz-mestra de inclusão social e redução das desigualdades passa pela redução das desigualdades de gênero [...]”.

O desenvolvimento e a superação das desigualdades de gênero são responsabilidades de todos os atores públicos e sociais, conforme o conceito da transversalidade de gênero nas políticas públicas (Miranda, 2009). A característica transversal abrange a constituição das políticas, tanto no âmbito institucional quanto no administrativo, de todas as esferas públicas, incluindo as universidades públicas.

Desse modo, as instituições universitárias se compõem como espaços potentes para a diminuição das iniquidades de gênero, visto que se referem às localidades que fomentam o conhecimento científico, mesmo que este tenha sido inicialmente constituído como pertencente ao gênero masculino (Chassot, 2010). Contudo, para alcançar o papel potencializador que possui, é fundamental facilitar o acesso à informação e a compreensão da sociedade sobre a governança que promovem frente às questões sociais, como a temática de gênero.

Uma das formas de promover o acesso das informações à sociedade é por meio das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), que podem ser utilizadas como canal de comunicação entre o governo e o cidadão, ao oportunizar a transparência das ações, das políticas institucionais, como também, da prestação de contas. Atendendo ao exposto, identificamos como questão problemática: o portal eletrônico de uma universidade pública brasileira possibilita para os cidadãos o acesso à informação sobre as ações e políticas da instituição em relação à representatividade de gênero?

Assim, o objetivo deste artigo foi analisar informações sobre ações e políticas de representatividade de gênero disponíveis no portal eletrônico de uma universidade pública brasileira, localizada na região Centro-Oeste, a fim de avaliar se a universidade, por meio do portal eletrônico, possibilita o acesso dos cidadãos às ações institucionalizadas.

O artigo está estruturado como segue. Após essa introdução, há o desenvolvimento teórico com as seções “Gênero nas políticas universitárias” e “Portal eletrônico universitário para acesso à informação”. Em sequência apresentamos a metodologia. Na seção “Ações e políticas de gênero em portal eletrônico de uma Universidade Brasileira”, são apresentados os resultados da pesquisa, que foram divididos em quatro subseções, sendo: a) ferramenta de busca com uso de descritores relacionados a gênero; b) mapeamento das abas/páginas do portal eletrônico; c) resoluções expedidas pelos conselhos superiores universitários; e, d) painel de dados abertos. Por fim, as considerações finais e referências do trabalho.

2 GÊNERO NAS POLÍTICAS UNIVERSITÁRIAS

A definição da sociedade ocidental perpassa e é retroalimentada por construções sociais, como a de gênero. Essas construções sociais causam marcos, sendo um deles a definição de papéis esperados para homens e mulheres. Trata-se de marcadores sociais que se acentuam quando associados à noção de poder. Segundo Guacira Louro (1997), as formas como as características pessoais são pensadas e valorizadas também auxiliam na definição do que é masculino e feminino, principalmente em relação às desigualdades entre os sujeitos.

Nesse sentido, a construção social sobre gênero também é permeada por relações de poder existentes, iniciadas por uma cultura patriarcal que aponta privilégios de gênero, principalmente ao masculino, e são reforçadas pelas situações coloniais, modernas e pelo capitalismo (Louro, 1997).

No Brasil, a constituição da sociedade foi baseada em uma conduta patriarcal, na qual o masculino detinha o poder de escolha e ação, enquanto a mulher era mantida subordinada e dominada, inclusive perante as leis (Carvalho, 1998). Diante desse cenário as reivindicações e lutas dos movimentos feministas se tornaram necessárias, e estudos foram concomitantemente desenvolvidos, para auxiliar na compreensão do que estava sendo vivido por esse segmento social, sendo um deles os estudos de gênero.

Em diversas esferas, tanto pública quanto privada, as reivindicações foram realizadas. Como a reivindicação de políticas públicas, uma vez que as criações das propostas políticas

representam os cursos de ações do governo, e está diretamente relacionada aos objetivos que provêm dos jogos de interesses dos atores políticos (Reis, 1989).

Dentre os espaços potencializadores para reivindicações das propostas de ações e políticas que visem a equidade de gênero, têm-se as universidades públicas, posto que são instituições educacionais que estabelecem compromisso com a democracia social, econômica, política e cultural da sociedade. Ao abordar as políticas públicas ou institucionais relacionadas à representatividade de gênero, desenvolvidas e/ou aplicadas nas universidades, torna-se importante sinalizar que a literatura sobre essa temática destaca a insipiência de tais políticas.

Quando os estudos que compõem a produção acadêmica conseguem indicar políticas universitárias sobre representatividade de gênero, como as políticas evidenciadas no estudo das autoras Sobrosa e Freitas (2021), que discorrem sobre a criação de uma Comissão Institucional de Política de Igualdade de Gênero na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), e do Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual no Instituto Federal Farroupilha (IFFar), faz-se reconhecível a necessidade de amadurecimento de tais políticas universitárias institucionalizadas. O amadurecimento oportuniza incluir nas políticas os fatores sociais, como as desigualdades interseccionais raciais e étnicas e o preconceito às pessoas transgênero (Espírito-Santo, *et al.*, 2023), dessa forma, torna-se viável atender de modo efetivo as demandas e necessidades das discentes que são beneficiadas por essas políticas.

Como exemplo, tem-se a necessidade do amadurecimento das políticas universitárias de representatividade de gênero que abordam a maternidade. É recomendável que os líderes institucionais fomentem a criação de políticas que reconheçam a mulher como mãe, e como uma pessoa que pode ser acadêmica e cientista (Su *et al.*, 2014; Bitencourt, 2019). Pauta esta que se constitui como emergente nas demandas frente às políticas sobre gênero e permanência nas universidades.

No âmbito das carreiras acadêmicas, as reivindicações relacionadas à maternidade suscitaram movimentos, como exemplo, o Parent in Science (PiS), que foi criado em 2016 e teve como um de seus objetivos a promoção de discussões sobre o impacto que a parentalidade promovia nas carreiras das cientistas no Brasil, considerando principalmente as demandas da maternidade e a desigualdade vivenciadas por mulheres que seguiam as carreiras acadêmicas (Carpes *et al.*, 2022). Esse movimento teve como resultado, no ano de 2021, a possibilidade de incluir no Currículo Lattes a informação sobre o período de licença maternidade (Staniscuaski *et al.*, 2021).

Para além das pautas emergentes, os estudos sobre políticas também indicam que as universidades possuem em seu escopo de ensino, pesquisa e extensão, recursos que compõem estratégias para facilitar a institucionalização das políticas de gênero. Um desses recursos são os projetos de extensão. As ações de extensão universitária, com caráter multidisciplinar e crítico, podem promover influências para institucionalizar políticas que abordem as demandas sociais que foram reconhecidas pela pesquisa universitária.

Tal aspecto pode ser observado no estudo de Machado *et al.* (2021), que analisa como os projetos de extensão relacionados ao tema de gênero desenvolvidos dentro das universidades podem contribuir para a redução da violência, e promover o reconhecimento da existência da diferença de gênero e de sexualidade no interior da instituição universitária.

Assim, têm-se que as políticas de representatividade de gênero podem ser institucionalizadas como conduta da governança universitária e/ou podem compor os projetos e programas, os quais a universidade incentiva. Enfatiza-se que ao abordar o conceito de projetos

e programas, entende-se como uma ação de menor abrangência em que se realiza uma política pública (Draibe, 1991).

Perante o exposto, este estudo considera o pressuposto da importância de pesquisas sobre as universidades, em relação às políticas institucionais que englobam a representatividade de gênero. Concerne a uma necessidade social destacada inclusive pela Organização das Nações Unidas (ONU), em sua agenda para o Desenvolvimento Sustentável até 2030, que prevê o incentivo de uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade, bem como, o alcance da igualdade de gênero e empoderamento de mulheres e meninas em diferentes instituições (ONU, 2015).

3 PORTAL ELETRÔNICO UNIVERSITÁRIO PARA ACESSO À INFORMAÇÃO

As informações disponibilizadas pelas universidades sobre as políticas de representatividade de gênero, acabam por não serem encontradas apenas nos documentos definidos como oficiais, que são resultados das decisões dos colegiados acadêmicos. Mas, estão também presentes nas ações, projetos e programas que a universidade corrobora, os quais são comunicados para a sociedade via TICs, pelos portais eletrônicos institucionais, como os sites e aplicativos dos Institutos Federais de Ensino Superior (Ifes). Segundo Manuel Castells:

um novo sistema de comunicação que fala cada vez mais uma língua universal digital tanto está promovendo a integração global da produção de palavras, sons e imagens de nossa cultura como personalizando os ao gosto das identidades e humores dos indivíduos. As redes interativas de computadores estão crescendo exponencialmente, criando formas e canais de comunicação, moldando a vida e, ao mesmo tempo, sendo moldadas por ela. (Castells, 2003, p. 40).

O acesso à informação está diretamente vinculado com o exercício da comunicação e da cidadania. Conforme aponta Nicola (2007, p 14) “[...] a cidadania expressa um conjunto de direitos que concede ao indivíduo uma possibilidade de agir ativamente como partícipe das escolhas da vida do povo e do governo [...]”. A participação dos cidadãos nos sites e portais eletrônicos governamentais, ao acompanhar as notícias e realizar o controle social, acaba por ampliar o acesso às informações governamentais.

Dessa forma, considera-se que a informação pública é um bem público, e um importante ativo para as organizações (Ribeiro *et al.*, 2011). Contudo, o registro das informações das instituições públicas nos espaços eletrônicos, como os sites, ainda apresenta desafios. Como discorre Amorim (2010), um dos desafios refere-se às organizações utilizarem os sistemas informatizados para que todas as informações a respeito das instituições públicas e de interesse dos cidadãos sejam nele registradas.

Diante desse desafio, Marteleto (1994) já indicava a expectativa de que as TICs fossem alinhadas às novas culturas que consideram a facilitação do acesso à informação aos cidadãos. Tal aspecto foi alcançado, principalmente, pela Lei n.º 12.527/11, a Lei de Acesso à Informação (BRASIL, 2011), e pela implementação da transparência ativa nos sites e órgãos das instituições públicas. Em vista disso, este estudo recorre ao espaço das TICs, como o portal eletrônico de uma universidade pública brasileira, localizada na região Centro-Oeste, que faz parte da gestão pública.

A finalidade do estudo está em analisar se as informações disponibilizadas no portal eletrônico da universidade possibilitam os cidadãos, que acessam esse espaço, a conhecer e compreender as ações e políticas com representatividade de gênero que foram ou estão sendo desenvolvidas na instituição de Ensino Superior. Como também, avaliar a possibilida-

de do acesso à informação pelos cidadãos sobre as informações institucionais em relação à temática de gênero.

Nesse contexto, a pauta de gênero nas políticas públicas e universitárias é reforçada pelo pressuposto da atenção e qualidade para o acesso à informação (Alvarenga Neto, 2005; Freitas Fernández *et al.*, 2022), bem como, pela participação dos cidadãos no desenvolvimento de uma universidade que seja relevante para a redução das desigualdades de gênero no âmbito educacional.

Destaca-se que o controle social das ações da universidade é importante para acompanhar e verificar se as políticas empregadas nas instituições públicas auxiliam na superação das desigualdades de gênero. Dessa forma, neste artigo também se considera o pressuposto do direito fundamental de acesso à informação. Compreende-se que as universidades públicas brasileiras, enquanto entidades integrantes do governo, precisam cumprir as regras de transparência e acesso à informação, como as demais regulamentações previstas na Lei de Acesso à Informação (Brasil, 2011).

Diante dos dois pressupostos que embasam esta pesquisa, sendo o primeiro indicado na seção anterior, apresenta-se a seguir a metodologia utilizada no estudo, a coleta dos dados e a análise das informações sobre ações e políticas de representatividade de gênero, que estão disponíveis no portal eletrônico da universidade pesquisada.

4 METODOLOGIA

Este artigo é composto pelos resultados de uma investigação com abordagem qualitativa, que possui como estratégia metodológica o estudo de caso por meio da pesquisa documental, com o levantamento e análise dos documentos da *grey literature*, ou literatura cinzenta em português (Paez, 2017). Tais estratégias compõem o caráter descritivo da pesquisa, que visa também ser exploratória, ao aprofundar no conhecimento sobre o tema que está sendo pesquisado.

O estudo de caso é definido por Creswell (2010) como uma pesquisa qualitativa, caracterizada por uma estratégia de investigação de um fato, evento, indivíduo, entidade, processos. Segundo Yin (2001), o estudo de um caso é geralmente justificado quando este apresenta características específicas que o distingue e o torna relevante para a compreensão de fenômenos ou construções sociais.

Neste estudo, utilizamos o caso particular de uma universidade da região Centro-Oeste, pertencente aos Ifes, e foi selecionada pelo fato de ser uma instituição pública, estar localizada em um país emergente, ser a maior universidade do estado no qual está localizada, podendo contribuir por meio da construção do conhecimento para o aperfeiçoamento da gestão pública universitária.

Para o estudo de caso, foi realizado um mapeamento para a coleta dos dados, por meio da pesquisa documental, que conforme destaca Pádua (1997), é conduzida mediante o levantamento e análise de documentos reconhecidos como cientificamente autênticos, abrangendo tanto os documentos contemporâneos quanto os retrospectivos. Dessa maneira, com a pesquisa documental foram coletados e analisados a literatura cinzenta do portal eletrônico de uma universidade pública brasileira, durante o segundo semestre de 2022. A literatura cinzenta é uma técnica para coleta de informações que pode ser utilizada em diferentes espaços, como em espaços públicos e do governo, nos espaços acadêmicos, nos empresariais e industriais (Paez, 2017).

Os documentos que compõem a literatura cinzenta podem ser encontrados em formatos impressos, como também nos formatos eletrônicos. Segundo Paez (2017), a principal particularidade da literatura cinzenta é não ser controlada pelas editoras comerciais, como as editoras de produção de livros e artigos científicos que comumente são revisados por pares.

Para a seleção dos documentos e informações sobre políticas de representatividade de gênero foi utilizado dois critérios de inclusão, sendo: 1) os documentos e informações precisam estar publicados no portal eletrônico da universidade pesquisada; e, 2) o material deve ter sido publicado e ser referente ao período dos últimos 15 anos (2007 a 2022). Como critério de exclusão, definiu-se que o material publicado precisa apresentar temática relacionada às ações e políticas de representatividade de gênero.

Os dados coletados foram categorizados, a partir da constituição de códigos temáticos que consideram o objetivo da política/ação/notícia, o período de execução, área vinculada à política, bem como, a categoria do documento. Assim, foi possível construir um mapeamento. Após, foi realizada a análise descritiva qualitativa (Soares, 2022), a fim de alcançar o objetivo deste artigo, que corresponde a analisar as informações sobre ações e políticas de representatividade de gênero disponíveis no portal eletrônico de uma universidade pública brasileira, com o propósito de avaliar se a universidade, por meio do portal eletrônico, possibilita o acesso dos cidadãos às informações sobre as ações institucionalizadas.

5 RESULTADOS

O mapeamento do portal eletrônico da universidade pesquisada foi constituído em quatro etapas, apresentadas em subseções, sendo: a) consulta pela ferramenta de busca utilizando descritores relacionados ao tema de gênero; b) mapeamento das abas/páginas do portal eletrônico, para buscar, selecionar e analisar documentos institucionais relacionados ao tema de gênero; c) consulta às resoluções da universidade pesquisada que são expedidas pelo Conselho Diretor, Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) e Conselho Universitário (CONSUNI), com o uso de descritores relacionados ao tema da pesquisa; por fim, d) consulta ao painel de dados abertos da universidade pesquisada.

5.1 Ferramenta de busca com uso de descritores relacionados à gênero

Na primeira etapa do mapeamento, referente à consulta com a ferramenta de busca do portal eletrônico da universidade pesquisada, foi utilizado o descritor “gênero” enquanto palavra-chave da pesquisa. Ao utilizar outros descritores, como a palavra “mulher”, identificamos resultados semelhantes, por este motivo utilizamos o descritor “gênero” nesta etapa do mapeamento.

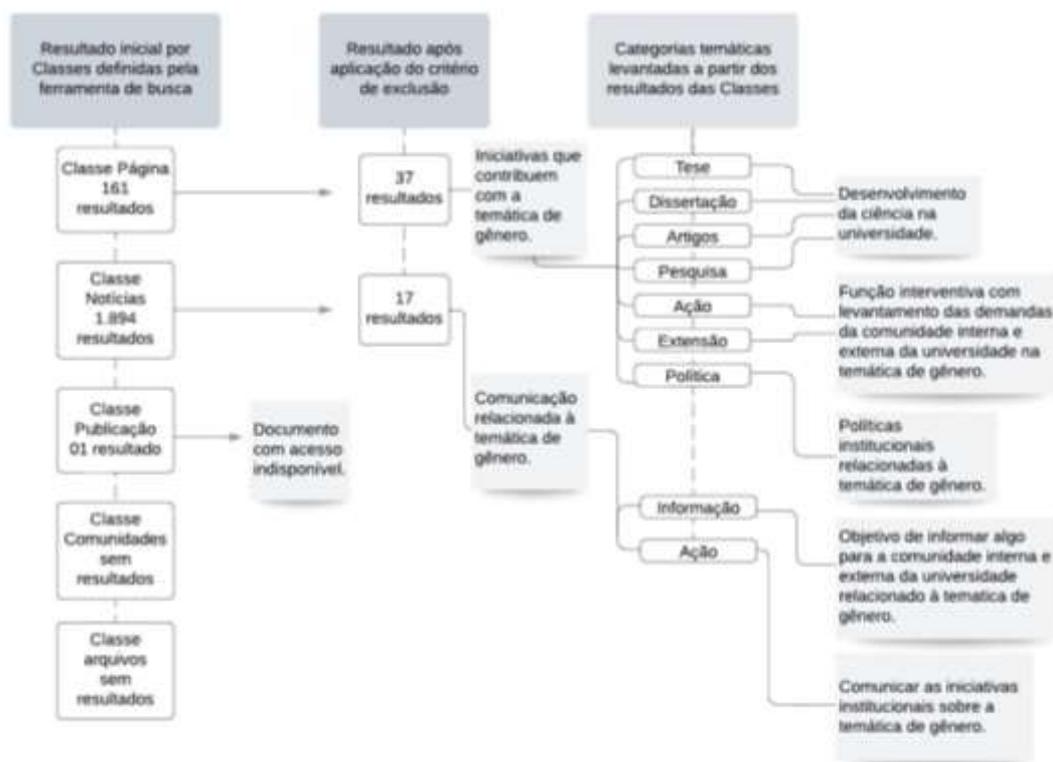
Durante o uso da ferramenta de busca disponibilizada no portal eletrônico, não foi possível realizar uma busca avançada por meio da estratégia de uso dos operadores booleanos (AND, OR, NOT). Segundo Colepicolo (2014, p. 136) durante a etapa de busca das informações “[...] os operadores booleanos possibilitam a união, intersecção ou exclusão dos termos-chave inseridos nos campos. [...]”. Devido a isso, também, não foi possível excluir palavras durante a busca, ou combinar termos-chave da pesquisa, e nem definir o período de consulta das publicações.

Com isso, podemos observar que a ferramenta de busca do portal eletrônico da universidade pesquisada limitou as condições de acesso às informações, sobre ações e políticas

de representatividade de gênero, o conjunto de recursos disponibilizados impactam na possibilidade de acesso e na percepção de utilização, fator que contribui para a diminuição da competência de uso do portal eletrônico pelos cidadãos (Araujo; Reinhard; Cunha, 2018).

A ferramenta de busca do portal eletrônico da universidade pesquisada classificou os resultados em cinco classes, sendo: página; notícias; publicação; comunidades e arquivos. Os resultados obtidos em cada classe foram tabulados para avaliação do critério de exclusão. Vale ressaltar que em relação à classe notícias foi decidido como critério para tabulação dos dados registrar as 10 primeiras abas, considerando os resultados iniciais e mais relevantes que apresentavam a palavra-chave gênero. Os resultados da tabulação podem ser observados na Figura 1.

Figura 1 – Diagrama dos resultados alcançados ao utilizar a ferramenta de busca do portal eletrônico da universidade pesquisada



Fonte: Elaboração própria (2023).

Após aplicar o critério de exclusão e selecionar as informações relativas à palavra gênero, foi realizada a análise dos resultados e identificado as categorias temáticas sobre os assuntos abordados na classe página e na classe notícia.

Na classe página foram identificadas 07 categorias. As categorias Tese, Dissertação, Artigos e Pesquisa, estas foram compreendidas como a comunicação de produtos educacionais relacionados ao desenvolvimento da ciência na universidade, que promovem conhecimentos científicos e para a comunidade interna e externa à universidade, além de criarem condições para mudanças na realidade social. Nesse sentido, não analisamos as Teses, Dissertações, Artigos e Pesquisas em sua íntegra, mas registramos que a ferramenta de busca identificou páginas sobre estas categorias, compreendidas como iniciativas que contribuem com a temática de gênero.

As categorias Ação e Extensão, são compostas por iniciativas direcionadas para a comunidade interna e externa da universidade, com função interventiva em relação à temática de gênero, como as propostas de extensão. Dessa forma, a universidade contribui para o levantamento de demandas da sociedade e para a transformação social.

Destacam-se nos resultados das categorias Ação e Extensão, os projetos de extensão que buscam a criação de Lives (palestras) com temática de gênero mediadas por TICs, como as ofertadas por Grupo de Pesquisa; os projetos de pesquisa desenvolvidos por Núcleo de Pesquisa que investigam gênero; a discussão temática sobre o combate à desigualdade de gênero realizada por meio das ações para o desenvolvimento do servidor; e, os eventos institucionais como os Fóruns da Assistência Estudantil, que fomentam a temática da diversidade de gênero na educação.

A categoria Política, é caracterizada pelas políticas institucionais relacionadas à temática de gênero, como as direcionadas às pessoas transgênero para a alteração do nome nos diplomas de *Stricto Sensu* e certificados *Lato Sensu*. Entende-se que essas políticas promovem a garantia do direito de identidade ao discente e o senso de pertencimento ao gênero nos registros de formação do Ensino Superior. Autores como Su, Johnson e Bozeman (2014) argumentam sobre a importância de os líderes acadêmicos criarem políticas institucionais em prol do desenvolvimento das carreiras das mulheres, e de grupos minoritários, dessa forma, fomentam recursos que contribuem no estabelecimento de uma cultura inclusiva, contribuindo para mudanças culturais.

Com a classe notícia foram identificadas duas categorias, sendo: Informação e Ação. A categoria Informação, é composta por notícias visando informar algo para a comunidade interna e externa da universidade, como: as homenagens realizadas; o aumento da participação feminina no curso de Agronomia; vagas disponíveis para ministrar aula sobre Estudos de Gênero em Universidade Colombiana, além da comunicação de Dissertações e Teses sobre a temática de gênero.

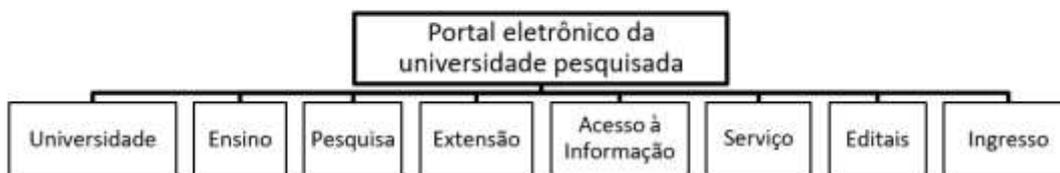
As notícias que fazem parte da categoria Ação, por sua vez, comunicam as iniciativas institucionais sobre a temática de gênero, como a criação do painel sobre as Mulheres na Extensão e a divulgação da Conferência Mulheres na Ciência, que ocorreu na abertura de um Seminário de Iniciação Científica. Conforme apontam Ribeiro *et al.* (2011, p. 160) "A informação é um importante ativo para as organizações, principalmente no setor público". Porém, torna-se necessário o estabelecimento de uma gestão de informação com qualidade, como parte da gestão de conhecimento (Alvarenga Neto, 2005; Freitas Fernández *et al.*, 2022), a fim de fornecer informações relevantes e precisas, com a capacidade de fornecer facilidade de acesso dos cidadãos e auxiliar o trabalho de quem atua nas instituições acadêmicas.

Apesar de possibilitar o acesso às informações e ações relacionadas a representatividade de gênero, as notícias selecionadas pela ferramenta de busca não se encontravam em ordem cronológica ou temática, sendo apresentadas no conjunto da seleção notícias sobre outros assuntos, aspecto que dificultou o alcance da informação desejada.

5.2 Mapeamento das abas/páginas do portal eletrônico

Como segunda etapa do estudo foi realizado o mapeamento das abas/páginas do portal eletrônico da universidade pesquisada, a fim de levantar os documentos institucionais que abordam o tema gênero. Esse portal eletrônico apresenta em sua página inicial (Home), oito seções que organizam as abas iniciais do site, conforme mostra a Figura 2.

Figura 2 – Diagrama dos resultados alcançados ao utilizar a ferramenta de busca do portal eletrônico



Fonte: Elaboração própria (2023).

Além das seções iniciais, o portal eletrônico também possui subseções que se referem à ferramenta de busca destinada para consultas e pesquisas no portal eletrônico; itens para definição de contraste; Vlibras; acessibilidade; idioma e seção sobre estudante; servidor e comunidade.

Com o mapeamento das seções foi possível selecionar os principais documentos institucionais que poderiam apresentar a temática de gênero e que estão relacionados com as políticas institucionais da universidade, como: estatuto da universidade pesquisada; plano de desenvolvimento institucional de 2013-2018; relatório de gestão 2013-2018 e 2019-2023; plano de dados abertos; dados de estatística da universidade pesquisada; relatório da comissão própria de avaliação de 2021 (CPA); relato institucional; questionário sugerido de autoavaliação de cursos de graduação; normativas das Pró-Reitorias; normas acadêmicas; registro de ações de extensão; grupos de pesquisa da universidade pesquisada; e, editais e planejamento estratégico.

Ressalta-se que não foram selecionados documentos relacionados ao orçamento da universidade, visto que não abordam a temática de gênero. Nos documentos institucionais, foram identificadas contribuições para a temática de gênero por meio da definição de atribuições, oferta de extensão, oportunidade de projetos, propostas de pesquisa e configurações de políticas de representatividade de gênero.

Em relação às atribuições, se destaca a Pró-Reitoria de Assistência Estudantil, que têm como registro a produção e disseminação de um conjunto de valores e práticas sociais alicerçadas no respeito à diversidade humana e aos direitos humanos, na livre orientação e expressão sexual, de identidade de gênero, de cunho não sexista, dentre outros aspectos. Essa Pró-Reitoria, também promoveu editais de projetos estudantis que tinha como uma das áreas temáticas de abrangência o gênero.

Em relação à Pró-Reitoria de Cultura, Extensão e Vivência, sobressai a criação de um edital de extensão voltado para ações afirmativas da universidade, que teve como tema as mulheres, os gêneros e suas interfaces na pandemia de Covid-19, cujo objetivo foi possibilitar o desenvolvimento de projetos de extensão com esse recorte para atender as pessoas e populações em situação de vulnerabilidade social, dentre essas pessoas as mulheres. Tal edital é um exemplo de que os projetos de extensão podem contribuir com demandas da sociedade, como a pauta de gênero. Aspecto que já vem sendo observado em estudos de Machado *et al.* (2021).

Mas, os projetos de extensão que abordam a temática de gênero não estavam restritos ao edital citado acima, como exemplo: Carreira, tecnologias e educação: extensão e pesquisa em prol da equidade de gênero. Projeto de extensão tecnológica, vinculado ao Programa Nacional Meninas Digitais, que indica a inovação como campo contribuinte para a pauta.

Na seção da Pró-Reitoria de Pesquisa, foi possível constatar os projetos de pesquisa vigentes durante o período da coleta, e possuem o gênero em seu título, sendo: Latin American Open Data for gender equality policies focusing on leadership in STEM; Mulheres e Prisão; e, Prescrições de articulações entre os profissionais e serviços da assistência à mulher em situação de violência uma análise da Lei Maria da Penha. Os projetos de pesquisas, assim como os grupos de pesquisa, buscam promover o conhecimento acerca dos assuntos relevantes à pauta de gênero, como a equidade, sistemas institucionais e violência.

Sobre os grupos de pesquisa ativos em 2022 foram identificados 07 que explicitam no nome do grupo de pesquisa, o investimento do estudo na pauta de gênero, sendo: 1) História e Estudos de Gênero - Área História; 2) Gênero, Sexualidade e Família - Área Antropologia; 3) Grupo de Estudos e Pesquisa: Gênero, Identidades e Sexualidades - Área Sociologia; 4) Grupo de Pesquisa em História da Educação, Acervos Históricos Institucionais e Gênero - Área Educação; 5) Saúde do Corpo, Gênero e Gerações - Área Sociologia; 6) Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre as Relações de Gênero - Área Serviço Social; 7) Grupo de Escrita de Mulheres na Filosofia - Área Filosofia.

Durante o mapeamento foram levantadas cinco políticas institucionais relacionadas a gênero. A primeira está representada em uma Resolução CONSUNI da universidade pesquisada – n.º 74 de junho de 2022, que aprova a Política de Assistência Estudantil. Nesta política é registrado em seus princípios o reconhecimento da diversidade sexual e de gênero da comunidade discente. Tal política propõe a criação de projetos e serviços que dentre várias ações também visa a inclusão que considere a diversidade de gênero. Conforme apontado por Sobrosa e Freitas (2021), as instituições de ensino precisam fazer jus ao seu caráter formativo, incluindo a formação de cidadãos que enfrentem a violência e desigualdade de gênero. Desse modo, a política institucional citada acima é uma estratégia que visa promover o respeito às diferenças, por meio da educação.

O segundo documento apresentou as normas e diretrizes da Pró-Reitoria de Graduação, que baseada na Lei n.º 202 de 17/04/1975 deriva a Resolução n.º 52 de 1994, que em seu artigo 43 afirma que uma das circunstâncias para o trancamento de matrícula discente é a licença maternidade com atestado médico. Como também, em seu artigo 54 prevê o Regime Domiciliar à aluna em estágio de gestação prevista em lei. Neste documento, também, são apresentadas a Resolução CONSUNI da universidade pesquisada – n.º 01, criada em 2011, a qual possibilita a inclusão de nome social para pessoas trans (transexuais, transgêneros e travestis), e cita a Resolução CONSEPE da universidade pesquisada – n.º 193, criada em 2021, sobre a política de ação afirmativa para pessoas trans.

Esta última resolução é evidenciada em outras seções do portal eletrônico da universidade pesquisada, compondo o terceiro documento levantado. Em relação à temática da licença maternidade, também está prevista para os servidores, e pode ser consultada na seção da Secretaria de Gestão de Pessoas, na ordem de serviço da universidade pesquisada n.º 002/SGP/Reitoria/2018, correspondendo ao quarto documento levantado.

Apesar da regulamentação da licença maternidade, para discentes e servidores, ação que reconhece que uma mãe pode ser acadêmica e cientista (Bitencourt, 2019), ainda se torna necessário a constituição de políticas universitárias que auxiliem na diminuição do impacto que a parentalidade promove nas carreiras acadêmicas, em especial das mulheres pela cultura social da maternidade (Carpes et al., 2022).

O quinto documento se refere ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) de 2013-2018, este documento apresenta em suas políticas estruturantes a finalidade de ampliar as relações com a sociedade, no sentido de contribuir com o desenvolvimento regional

sustentável. Para isso, constituiu objetivos como o de contribuir para a garantia das políticas de inclusão social e respeito às diversidades, neste objetivo consta a meta n.º 2, que buscava a implementação das políticas afirmativas do governo federal, e abordava a temática de gênero ao constatar a realização de eventos acadêmicos que promovam a divulgação e a discussão das políticas públicas de inclusão social, étnica, racial, de gênero e respeito à diversidade.

O PDI 2019-2023, vigente em 2022, no portal eletrônico não foi localizado nas seções de princípios da universidade pesquisada, característica que dificulta o acesso dos cidadãos a este documento. O PDI 2019-2023 foi localizado em outra seção, na Pró-Reitoria de Planejamento, na aba planejamento, que segue para outra aba descrita como PDI.

Vale ressaltar que no documento PDI 2019-2023, não foram identificadas referências ao termo gênero, logo, tal temática não compõem uma das metas para o Plano de Desenvolvimento Institucional atual, ou dos interesses dos atores que compõem a universidade (REIS, 1989). Tal aspecto se torna relevante, uma vez que a comunidade interna e externa pode identificar por meio do acesso à informação a necessidade de inclusão desta temática para o próximo PDI, promovendo a responsabilidade social universitária (Nicola, 2007; Nunes; Pereira; Pinho, 2017).

5.3 Resoluções expedidas pelos conselhos superiores universitários

Como terceira etapa do mapeamento da literatura cinzenta, foi executada a busca das resoluções vinculadas ao tema da pesquisa. Para isso, foram utilizadas as palavras-chave gênero e mulher. Com a consulta pela ferramenta de busca das resoluções da universidade pesquisada, foram obtidos 12 resultados com o descritor "gênero" e cinco resultados com o descritor "mulher", os documentos foram tabulados. Após a aplicação do critério de exclusão foram selecionadas 07 resoluções sobre a temática de gênero.

Em vista das resoluções selecionadas foram identificadas duas categorias, a primeira relacionada à núcleos de pesquisa, estas são resoluções para criação, regulação e homologação de dois núcleos. O primeiro é o Núcleo de Estudos sobre a Mulher e Relações do Gênero, criado em 2006, atualmente ativo e vinculado a um Programa de Pós-graduação da universidade. E o segundo se refere ao Núcleo de Estudos e Pesquisas Vulnerabilidade, Direito e Gênero, criado em 2016.

A segunda categoria foi nomeada como apoio, sendo composta por duas resoluções. A primeira é a Resolução do Conselho Diretor n.º 2, criada em 2018, a qual objetiva o afastamento do país da reitora que fazia parte da gestão em exercício, para participar de um Fórum Mundial de Mulheres Reitoras. Esta resolução indica o apoio da instituição para a pauta da equidade de gênero em cargos de liderança institucional.

Como segunda, tem-se a Resolução CONSEPE da universidade pesquisada – n.º 01 197, criada em 2021. Esta resolução torna assertiva a institucionalização da política de ações afirmativas para negros/as autodeclarados/as (pretos/as e pardos/as), quilombolas, indígenas, pessoas com deficiência, e pessoas trans na Pós-Graduação. Considerando a pauta de gênero, tal resolução busca fomentar medidas que têm como finalidade a reparação ou compensação da desigualdade social e racial, preconceitos e discriminações. Assim, compreende-se que as políticas sobre gênero, incluindo as que abrangem as Mulheres, estão considerando aspectos de desigualdades interseccionais raciais e étnicas, e do preconceito às pessoas Trans (Espírito-Santo, *et al.*, 2023).

5.4 Painel de dados abertos

Em relação à consulta dos dados abertos da universidade pesquisada, ao utilizar a palavra gênero não foram obtidos resultados. Ao utilizar a palavra mulher como descritor para a busca foi possível obter dois resultados, ambos relacionados ao já citado Edital de Extensão, que atendeu à 115 bolsistas, sendo 16 bolsistas para os 03 campi da universidade pesquisada e que estão localizados em cidades no interior do estado e 99 bolsistas para o campus localizado na capital do estado.

As universidades públicas possuem a tendência de obter uma classificação baixa em relação à Taxa de Acesso aos Dados Abertos (TADA), conforme apontam Lima e Pires (2022). Tal aspecto constitui como um dos desafios para as instituições, que estão em processo de transformação da governança eletrônica, o de utilizar os sistemas de dados abertos em TICs para registrar as informações de interesse dos cidadãos (Amorim, 2010). Em vista disso, reforça a necessidade de investimento e estratégias para compartilhamento de dados abertos, a fim de promover mudanças nesse panorama.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir desta pesquisa, notou-se que o portal eletrônico da universidade selecionada apresenta aspectos técnicos/tecnológicos que possibilitam o conhecimento do cidadão sobre ações da instituição em relação à temática de gênero, porém, constituem-se desafios.

Destacam-se entre os desafios, que os cidadãos encontram para acessar as informações sobre ações e políticas de representatividade de gênero no portal eletrônico da universidade, a ausência de operadores booleanos na ferramenta de busca; a indisponibilidade do acesso de alguns documentos publicados de forma eletrônica; e, a desatualização de alguns dos documentos e dados institucionais, como o PDI, o painel estatístico, os dados abertos e sociodemográficos, e o catálogo de extensão universitária.

Assim, considera-se como um possível caminho para contribuição prática, que vise o acesso dos cidadãos às ações e políticas de representatividade de gênero, o investimento em estratégias para otimizar as ferramentas de busca no portal eletrônico, bem como a atualização e vistoria da disponibilidade de acesso dos documentos institucionais publicados.

Em relação ao PDI, também foi observado a ausência de referência ao termo gênero no documento de 2019-2023. Isso indica a necessidade de incluir a pauta de gênero como uma meta institucional. Aspecto que vem sendo aperfeiçoado por meio das consultas públicas realizadas durante as revisões do PDI. Dessa forma, os aparatos institucionais da universidade estarão alinhados para promover condições, a fim de alcançar as expectativas de pautas, como a da agenda do Desenvolvimento Sustentável até 2030 (ONU, 2015), que prevê a educação inclusiva, com equidade e igualdade de gênero em diferentes âmbitos, como a educação.

No que se refere às políticas de representatividade de gênero desenvolvidas na instituição, notou-se a incipiência nas proposições, restringindo à institucionalização de políticas que acompanham os direitos do cidadão, como a inclusão de nome social nos certificados de graduação e pós-graduação, e o direito à licença maternidade. Constata-se a necessidade de amadurecimento das políticas institucionais que consideram as demandas de gênero indicadas como pertencentes à universidade. Como exemplo, políticas que busquem diminuir a iniquidade de gênero em cursos de graduação e pós-graduação, principalmente da área STEM, conforme apontado em outros estudos (Sobrosa; Freitas, 2021).

Em relação a iniquidade de gênero, vale ressaltar, que tal aspecto também foi identificado nas carreiras de docentes. Os registros disponíveis no portal eletrônico, na seção da Pró-Reitoria de Pesquisa, demonstraram que dos bolsistas de produtividade do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, vinculados à universidade pesquisada, dos 45 docentes bolsistas de produtividade apenas 07 são mulheres.

Ainda que a necessidade de amadurecimento tenha sido observada, também foram observadas ações relacionadas à pauta de gênero da universidade, como a recente política de 2021, que prevê ações afirmativas na Pós-Graduação para pessoas trans, sendo esta informação possibilitada para o acesso do cidadão. Para além das políticas, têm-se as ações de extensão que se tornam relevantes para a identificação, intervenção e atendimento das demandas de gênero da comunidade interna e externa da universidade pesquisada.

Diante do exposto, considera-se que pesquisas futuras devem ser desenvolvidas para analisar outros portais eletrônicos das universidades públicas brasileiras, para identificar se as políticas institucionais, bem como ações universitárias relacionadas à pauta de gênero, estão disponíveis para acesso da informação pelo cidadão. Também, sugere-se ao constatar a incipiência das políticas institucionais relacionadas a gênero, realizar pesquisas que possam analisar se os programas e projetos de extensão desenvolvidos nas universidades estão se configurando enquanto estratégias interventivas, fomentando a criação de políticas universitárias.

REFERÊNCIAS

AMORIM, F. R. B. **O compartilhamento de informações por sistema baseado em computador: estudo na prefeitura do município de Londrina**. 2010. Dissertação (Mestrado em Gestão da Informação) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2010. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.uel.br/document/?code=vtls000156635>. Acesso em: 10 fev. 2023.

ALVARENGA NETO, R. C. D. **Gestão do conhecimento em organizações: proposta de mapeamento conceitual integrativo**. 2005. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/EARM-6ZGNE6>. Acesso em: 09 nov. 2023.

ARAUJO, M. H. de; REINHARD, N.; CUNHA, M. A. Serviços de governo eletrônico no Brasil: uma análise a partir das medidas de acesso e competências de uso da internet. **Revista de Administração Pública**, v. 52, n. 4, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-7612171925>. Acesso em: 09 nov. 2023.

BANDEIRA, M. L.; ALMEIDA, T. M. C. de. A transversalidade de gênero nas Políticas Públicas. **Revista do Ceam**, v. 2, n. 1, 2013. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/revistadoceam/article/view/10075>. Acesso em: 15 fev. 2023.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Regula o acesso a informações. Brasília, DF, 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 05 nov. 2022.

BITENCOURT, S. M. A maternidade para um cuidado de si: Desafios para a construção da equidade de gênero. **Estudos De Sociologia**, v. 24, n. 47, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.52780/res.11407>. Acesso em: 10 out. 2022.

CARPES, P. B. M. *et al.* Parentalidade e carreira científica: o impacto não é o mesmo para todos. **Epidemiol. Serv. Saúde**, v. 31, n. 2, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S2237-96222022000200013>. Acesso em: 05 out. 2022.

CARVALHO, M. P. de. Gênero e trabalho docente: em busca de um referencial teórico. *In*: BRUSCHINI, C.; BUARQUE DE HOLANDA, H. (Ed.). **Horizontes plurais: novos estudos de gênero no Brasil**. São Paulo: Editora 34/Fundação Carlos Chagas, 1998. p. 379-409.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. 7.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

CESARIO, G. *et al.* Por Mais Mulheres na Computação: análise dos trabalhos publicados no X Women in Information Technology. *In*: WOMEN IN INFORMATION TECHNOLOGY, 11., 2017, Porto Alegre. **Anais [...]** Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Computação, 2017.

CHASSOT, A. **A ciência é masculina? É, sim senhora!** São Leopoldo: Unisinos, 2010.

COLEPICOLO, E. Buscando informação científica de qualidade para pesquisa em Psicologia. **Estudos Interdisciplinares em Psicologia**, v. 5, n. 2, 2014. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.5433/2236-6407.2014v5n2p133>. Acesso em: 01 out. 2022.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3 ed. Porto Alegre: ARTMED, 2010.

DRAIBE, S. M. Metodologia de análise comparativa de programas sociais. *In*: SEMINÁRIO DA CEPAL, 1991, Santiago. **Anais [...]** Santiago: NEPP-UNICAMP, 1991.

ESPÍRITO-SANTO, G. do *et al.* Desigualdades interseccionais nos programas de pós-graduação stricto sensu em educação física. **Educação e Pesquisa**, v. 49, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202349252722por>. Acesso em: 09 nov. 2023.

FARAH, M. F. S. **Incorporação da questão de gênero pelas políticas públicas na esfera local de governo**. São Paulo: NPP/FGV-EAESP, 1998.

FREITAS FERNÁNDEZ, V. D. et al. Tecnologias de informação e comunicação na gestão do conhecimento em instituições de ensino superior na América Latina. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 51, n. 2, 2022. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/5721>. Acesso em: 9 nov. 2023.

GERVASONI, T. A.; COSTA, M. M. M. A (re)articulação das políticas públicas de gênero no Brasil com base no princípio jurídico da subsidiariedade e da descentralização. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, n. 7, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.5102/rbpp.v7i1.4485>. Acesso em: 01 out. 2022.

GUEDES, M. de C. A presença feminina nos cursos universitários e nas pós-graduações: des-
construindo a ideia da universidade como espaço masculino. **História, Ciências, Saúde**, v. 15,
2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702008000500006>. Acesso em: 15
out. 2022.

LIMA, M. S.; PIRES, M. R. G. M. Avaliação da taxa do acesso aos dados abertos das universi-
dades federais a partir dos indicadores de fluxo do ensino superior do INEP. **Avaliação: Re-
vista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 27, n. 3, 2022. Disponível em:
<https://doi.org/10.1590/S1414-40772022000300008>. Acesso em: 20 out. 2023.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 6 ed.
São Paulo: Vozes, 1997.

MARTELETO, R. M. Cultura da modernidade: discursos e práticas informacionais. **Revista da
Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 23, n. 2, 1994. Disponível em:
<https://www.brapci.inf.br/index.php/article/download/13060>. Acesso em: 20 out. 2022.

MACHADO, F. V. K. M.; DINIZ, M.; MAIA, M. R. Gênero e sexualidades no contexto da univer-
sidade pública: estudo de caso do Projeto Vidas - UFOP. **Revista Internacional de Educação
Superior**, v. 7. e021027, 2021. Disponível em:
<https://doi.org/10.20396/riesup.v7i0.8659104>. Acesso em: 15 out. 2022.

MIRANDA, C. M. Os movimentos feministas e a construção de espaços institucionais para a
garantia dos direitos das mulheres no Brasil. **NIEM - Núcleo Interdisciplinar de Estudos so-
bre a Mulher e Gênero**. 2009. Disponível em:
http://www.ufrgs.br/nucleomulher/arquivos/os%20movimentos%20feminismtas_cyntia.pdf
. Acesso em: 25 out. 2022.

NICOLA, R. Cibercidadania: e aí? *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNA-
LISMO, 5., 2007, Sergipe. **Anais [...]** Sergipe: Associação Brasileira de Pesquisadores em Jor-
nalismo, 2007.

NUNES, E. B. L. de L. P.; PEREIRA, I. C. A.; PINHO, M. J. de. A responsabilidade social universi-
tária e a avaliação institucional: reflexões iniciais. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educa-
ção Superior (Campinas)**, v. 22, n. 1, 2017. Disponível em: [https://doi.org/10.1590/S1414-
40772017000100009](https://doi.org/10.1590/S1414-40772017000100009). Acesso em: 25 set. 2023.

ONU. **Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**.
2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>. Acesso em: 25 fev.
2023.

PÁDUA, E. M. M. de. **Metodologia da pesquisa: abordagem teórico-prática**. Campinas: Papi-
rus, 1997.

PAEZ, A. Gray literature: An important resource in systematic reviews. **J Evid Based Med**. v.
10, n. 3, 2017. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/28857505/>. Acesso em: 25
fev. 2023.

RAIS. **Painel de Informações da RAIS**. Brasília: Ministério da Economia. 2023. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjojNWl5NWl0ODEtYmZiYy00Mjg3LTkzNWUtY2UyYjIwMDE1YWI2liwidCI6IjNIYzkyOTY5LTVhNTEtNGYxOC04YWM5LWVmOThmYmFmYTk3OCJ9&pageName=ReportSectionb52b07ec3b5f3ac6c749>. Acesso em: 25 fev. 2024.

REIS, E. P. Política e políticas públicas na transição democrática. *In*: MOURA, A. de (Ed.) **O Estado e as políticas públicas na transição democrática**. São Paulo: Vértice Revista dos Tribunais; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1989. p. 90-104.

RIBEIRO, C. P. de P. et al. Difusão da informação na administração pública. **TransInformação**, Campinas, v. 23, n. 2, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tinf/a/szjCKGNMf8SS8CwnFjVxKpS/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 09 nov. 2023.

SANTOS, V. L. A.; CARVALHO, T. F. M.; BARRETO, M. DO S. V. Mulheres na Tecnologia da Informação: Histórico e Cenário Atual nos Cursos Superiores. *In*: WOMEN IN INFORMATION TECHNOLOGY, 15., 2021. Porto Alegre. **Anais [...]** Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Computação, 2021.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, v. 20, n. 2, 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>. Acesso em: 27 nov. 2022.

SOARES, C. J. F. **Análise descritiva qualitativa**. Curitiba: CRV, 2022.

SOBROSA, M. D.; FREITAS, K. O. Os Estudos de Gênero no Desenvolvimento das Políticas Institucionais de Gênero de duas Instituições de Ensino Superior do Rs. **Diversidade sexual, étnico-racial e de gênero, saberes plurais e resistências**. Campina Grande, 2021.

SU, X.; JOHNSON, J.; BOZEMAN, B. Gender diversity strategy in academic departments: exploring organizational determinants. **High Educ.** v. 69, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s10734-014-9808-z>. Acesso em: 18 fev. 2023.

STANISCUASKI, F. *et al.* Maternity in the Brazilian CV Lattes: when will it become a reality? **An Acad Bras Cienc.** v. 93, n. 1, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0001-3765202120201370>. Acesso em: 27 jan. 2023.

YIN, R. K. **Estudo de Caso, planejamento e métodos**. 2 ed. São Paulo: Bookman, 2001.